

ACESSIBILIDADE NAS BIBLIOTECAS DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE: DIAGNÓSTICO PARA ALCANÇAR ACESSIBILIDADE FÍSICA E INFORMACIONAL

Kelly Cristina Barbosa
Mestra em Gestão da Informação e do Conhecimento.
Instituto Federal de Sergipe, Aracaju, Sergipe, Brasil.
kelly.barbosa@ifs.edu.br
<https://orcid.org/0000-0001-7131-3504>.

Telma Carvalho
Doutora em Ciência da Informação. Universidade Federal
de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil.
telmacarvalho@yahoo.com.br
<https://orcid.org/0000-0001-8700-2452>.

RESUMO

O presente artigo discute o tema acessibilidade física e informacional em bibliotecas baseado no projeto de pesquisa para o Mestrado Profissional do PPGCI/UFS, intitulado “Adaptação dos espaços físicos das Bibliotecas do Instituto Federal de Sergipe com vistas à acessibilidade”. Tem por objetivo propor uma possível transformação nos ambientes informacionais dessa instituição. Em relação aos aspectos metodológicos, trata-se de pesquisa de natureza aplicada, de caráter exploratório, descritivo, com abordagem qualitativa, sendo também um estudo de caso. Perpassa pela caracterização das bibliotecas desse sistema, bem como por conceitos e definições sobre o termo acessibilidade no âmbito físico e informacional, afirmando a necessidade e a importância de as instalações físicas das bibliotecas serem espaços adequados. Como resultado parcial obteve-se o diagnóstico situacional das condições referentes a acessibilidades nas bibliotecas do IFS, tendo em vista que cada biblioteca possa trazer mudanças e possibilidades de ações que visem à obtenção dos itens necessários para os serviços de acessibilidade físicas e tecnológicas para os seus interagentes.

Palavras-chave: Acessibilidade em bibliotecas. Mediação da Informação. Acessibilidade física. Acessibilidade informacional.

ACCESSIBILITY IN LIBRARIES OF THE FEDERAL INSTITUTE OF SERGIPE: DIAGNOSIS TO ACHIEVE PHYSICAL AND INFORMATIONAL ACCESSIBILITY

ABSTRACT

This article discusses the topic of physical and informational accessibility in libraries based on the research project for the Professional Master's Degree at PPGCI/UFS, entitled “Adaptation of the physical spaces of the Libraries of the Federal Institute of Sergipe with a view to accessibility”. It aims to propose a possible transformation in the informational environments of this institution. Regarding the methodological aspects, it is an applied research, exploratory, descriptive, with a qualitative approach, being also a case study. It goes through the characterization of the libraries of this system, as well as concepts and definitions about the term accessibility in the physical and informational scope, affirming the need and importance of the physical facilities of libraries being adequate spaces. As a partial result, the situational diagnosis of the conditions referring to accessibility in the IFS, considering that each library can bring changes and possibilities of actions aimed at obtaining the necessary items for physical and technological accessibility services for its interactants.

Keywords: Accessibility in libraries. Information Mediation. Physical accessibility, Informational accessibility.

Recebido em: 17/05/2022

Aceito em: 05/09/2022

Publicado em: 22/12/2022

1. INTRODUÇÃO

A concepção de uma atualização, no modo como se organiza o espaço físico de uma biblioteca, nos dias atuais, se dá diante de um contexto tecnológico, no qual o acesso físico nos dias atuais, o espaço físico de uma biblioteca tem que abarcar à informação e ao conhecimento é possibilitado por meio de vários recursos auditivos e visuais, disponibilizados pela tecnologia, cada dia de forma mais rápida.

A integração de espaços acessíveis aos interagentes das bibliotecas pode oferecer uma sinergia benéfica, pois fomenta a inclusão de todo e qualquer interagente. A partir da transformação desses espaços, as bibliotecas terão a possibilidade de oferecer serviços para uma comunidade maior, pois ampliará as condições de melhor atendimento também às pessoas com deficiência (PcD). Faz-se necessário, portanto, criar formas de tornar as bibliotecas mais atraentes, lúdicas e acessíveis, tanto no sentido físico, em se tratando de sua arquitetura, quanto informacional, trazendo também a atuação da mediação da informação pelos profissionais que atuam nas bibliotecas.

O objetivo geral desta pesquisa é fornecer embasamento para a transformação dos espaços das bibliotecas do Instituto Federal de Sergipe (IFS), a partir da adoção de parâmetros das diretrizes de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), das recomendações do GT Acesso da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB), da legislação federal brasileira.

Bem como a própria literatura, que correlacionam a análise desses ambientes às necessidades de acessibilidade para elaborar o desenho de modelo estrutural dessas unidades de informação. Justifica-se este estudo pela oportunidade de expor a preocupação em atender ao público com deficiência junto às bibliotecas do IFS para oferta de serviços acessíveis e de qualidade.

Onde, será possível ter um vislumbre se de como poderá ocorrer a transformação dos espaços das bibliotecas do IFS através da sua implementação que resulte na melhoria da acessibilidade, de modo a adequar os aspectos físicos e informacionais dessas unidades.

Desta forma, buscou-se verificar como a temática da acessibilidade informacional e física vem sendo discutida nos trabalhos científicos. Os resultados referentes à análise bibliográfica e construção do diagnóstico serviram para subsidiar o projeto de intervenção,

na pesquisa de Mestrado Profissional, do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação e do Conhecimento (PPGCI), da Universidade Federal de Sergipe (UFS), intitulado “Acessibilidade física e informacional em bibliotecas: um estudo de caso no Instituto Federal de Sergipe”.

2. ACESSIBILIDADE NA BIBLIOTECA

A importância de se observar o espaço físico de uma biblioteca não se aplica somente às questões arquitetônicas e de conforto, mas também a de se atentar às diretrizes muito importantes na Biblioteconomia, pois tratar o ambiente da biblioteca como um local prazeroso e confortável possibilita atrair cada vez mais interagentes, e vale lembrar que este é “um espaço que proporciona informação, lazer, entretenimento e de formação social.” (GAMA; SOUSA, 2019, p. 204).

Por meio de seus serviços, as bibliotecas do IFS buscam disseminar informação e garantir o acesso livre ao conhecimento, gerando, assim, prosperidade, desenvolvimento e ampliação do conhecimento para a sua comunidade acadêmica. Ao considerar também os ambientes acessíveis e facilitar o fornecimento informacional, os bibliotecários poderão realizar a atividade de mediação da informação com públicos específicos e, de acordo com Fachin (2013, p. 27), “com o aumento da demanda informacional, a necessidade de mediação começa a ser necessária para que o interagente do sistema possa ter o acesso garantido”. Ressalte-se que esse acesso deve ser amplo e irrestrito para qualquer interagente da biblioteca, com ou sem deficiência.

As bibliotecas, em geral, proporcionam serviços para que os seus interagentes - que é um termo usado “para definir o cidadão contemporâneo que busca informação de maneira autônoma, inclusive nas bibliotecas” (CORRÊA, 2014, p. 28) - sejam capazes de encontrar os conteúdos que necessitam. Neste sentido Marcolino e Castro Filho (2014, p. 11) comentam que as bibliotecas, como instrumentos da informação:

deve estar inserida nas práticas pedagógicas, pois tem grande responsabilidade social, ao garantir que seu espaço e seus serviços sejam abertos ao auxílio de todo e qualquer usuário da comunidade escolar, pois contribui com a formação dos alunos, dando-lhes novas expectativas de futuro através da leitura, auxiliando na interação com as práticas educacionais, no contato com o conhecimento e no desenvolvimento do pensamento crítico, entre outros.

No entanto, as bibliotecas não devem se limitar às atividades rotineiras, mas também prover a realização de oficinas, palestras, debates, treinamento de interagentes, entre outras, para que seus interagentes desenvolvam capacidades de letramento e competência informacional além de oferecer diversos tipos de eventos que possam trazer cultura e conhecimento em geral, com foco, inclusive, na acessibilidade, tendo em vista que este ambiente informacional atua coletivamente, “a mesma deve refletir e compreender o verdadeiro valor que representa para sua comunidade diversificada.” (MARCOLINO; CASTRO FILHO, 2014, p. 16).

Observa-se, na opinião de Glat (2011, p. 54), que a acessibilidade emergiu das lutas e conquistas das pessoas com deficiência para se estabelecer um direito de ir e vir, conforme pontua:

Historicamente o termo acessibilidade se restringia à remoção de barreiras arquitetônicas e adaptações de logradouros para indivíduos com deficiências físicas e dificuldades locomotoras. Atualmente, porém, este conceito foi ampliado para o modelo Desenho Universal, cujo objetivo, como aponta Camisão (2010) é de tornar os ambientes mais inclusivos possíveis, promovendo condições de acesso à locomoção, comunicação, informação e conhecimento para todas as pessoas.

Na década de 1990, algumas leis internacionais e nacionais foram publicadas a fim de combater o preconceito arraigado na sociedade e tornar o mundo mais igualitário para as pessoas com deficiência (SANTOS; DINIZ; SÁ, 2014). Alguns exemplos de leis nacionais podem ser citados: a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento a pessoas específicas (BRASIL, 2000a), a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2000b). A Lei nº 12.711/2012, sancionada em agosto de 2012, garante a reserva de 50% das matrículas, por curso e turno, nas 59 Universidades Federais e 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público e alunos PcD em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos (BRASIL, 2012). Ademais, a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que Instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, mais conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015).

2.1 Acessibilidade física ou arquitetônica

Partindo do conceito da acessibilidade física ou arquitetônica, que tem o intuito de “promover a adequação de espaços e a extinção de barreiras físicas e ambientais dentro de residências, espaços públicos e provados, edificações e equipamentos urbanos.” (FUNDAÇÃO DORINA NOWILL, 2020). O planejamento de uma biblioteca sempre se inicia com a análise do espaço físico disponível. Quando o prédio é projetado, especialmente para uma biblioteca, espera-se que consiga prever e atender aos requisitos mínimos estabelecidos pela ABNT. Já os prédios reformados ou adaptados nem sempre atendem às condições mínimas, mas, tendo-se algum conhecimento dessas condições, é possível chegar muito perto do ideal.

As bibliotecas, por atenderem interagentes com diferentes necessidades de acessibilidade, muitas vezes necessitam de adequações e devem se amparar pela norma da NBR 9050:2020 sobre “Acessibilidade e edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos” da ABNT. (ABNT, 2020). São definidos, nessa norma, os parâmetros e critérios técnicos para a construção do espaço de uma biblioteca, sendo possível também fazer a adequação de espaços já existentes.

Uma biblioteca sem rampas, com acesso unicamente por escadas, certamente impossibilita a entrada, de forma independente, de um interagente que utiliza cadeiras de rodas ou que tem mobilidade reduzida. Assim, é dever dos gestores de bibliotecas atentar-se a essas necessidades e, junto à alta administração da instituição, requerer adequação em seus espaços para atender igualmente todos os interagentes.

As Normas da ABNT-9050, na seção que dispõe sobre bibliotecas e centros de leitura, recomendam mobiliário com consulta acessível, como balcões com alturas menores. Além disso, que pelo menos 5% das mesas de estudo sejam acessíveis e que 10% sejam adaptáveis à acessibilidade. Dispõe ainda:

A largura livre nos corredores entre estantes de livros deve ser de no mínimo 0,90 m de largura [...]. Nos corredores entre as estantes, a cada 15 m, deve haver um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas. Recomenda-se atender às necessidades de espaço para circulação e manobra [...]. As bibliotecas devem garantir recursos audiovisuais, publicações em texto digital acessível e serviço de apoio, conforme definido em legislação específica. (ABNT, 2020, p. 135).

Assim, para transformar uma biblioteca em um ambiente acessível a qualquer interagente, seja aquele que necessite de cadeiras de rodas, de pessoas com mobilidade reduzida e pessoas com baixa visão ou cegas, faz-se necessárias adequações estruturais, quais sejam: rampa de acesso, piso tátil alerta, piso tátil direcional, portas com aberturas adequadas, mesa tátil — mesa adaptada modelo office, acionador.

2.2 Acessibilidade informacional

Por outro lado, considerando a acessibilidade informacional, através de práticas mediadoras preparadas para interagentes que necessitem dessa acessibilidade, Mazzoni *et al.* (2001, p. 30) dizem que nos anos de 1990,

[...] a disseminação do uso da rede Internet, trouxe às pessoas portadoras de deficiências novas possibilidades e expectativas em termos de estudo, trabalho e lazer, assim como um avanço muito grande na tecnologia assistiva associada à informática, tais como sintetizadores de voz, reconhecimento de fala, lupas eletrônicas, linhas braile, simuladores de mouses e teclados com controle sensíveis a ações voluntárias tais como sopro, pressão, movimento da cabeça etc., de forma tal que hoje se pode dizer que as limitações quanto ao acesso às informações e ao conhecimento a que uma pessoa está sujeita estão inversamente associadas à tecnologia que é colocada à sua disposição: quanto mais completa for essa tecnologia, menores serão as suas limitações.

Considera-se, portanto, que as bibliotecas devem ter esses recursos em seus espaços, de modo a favorecer o acesso à informação, bem como para que tenham espaços acessíveis, tanto para locomoção quanto para utilização de seus serviços e produtos. Assim, sendo um espaço de livre acesso para todos, Almeida Junior (2015, p. 14) descreve sobre a necessidade informacional dos interagentes, sendo necessário o seu conhecimento, visto a possibilidade de mitigar as necessidades informacionais individuais, bem como em grupo de interagentes. Ressaltando, dessa forma, a necessidade de mediação da informação pelo bibliotecário a fim de auxiliar o interagente na busca pela informação, uma vez que ele, o bibliotecário, é detentor desse conhecimento dentro do seu espaço de atuação.

Segundo Alves e Vingentin (2013, p. 4948), “o papel do profissional da Ciência da Informação, perante comunidades que experimentam diversas formas de exclusão, é mediar a informação ao delinear um caminho para a inclusão social”. Ressaltam, ainda,

que deve atender aos mais variados perfis de interagentes, com as mais diversas características, possuir estrutura física acessível, materiais diversificados, funcionários capacitados para o atendimento e saber lidar com as diferenças do público que a acessa, e isso inclui PcD, sejam com restrições físicas, cognitivas ou informacionais.

Para atender interagentes com deficiência, por exemplo, o profissional deve estar qualificado, e a biblioteca deve possuir as ferramentas necessárias, como diz Maia *et al.* (2011, p. 5)

Para ser o mediador na transferência da informação às pessoas com deficiência visual, o bibliotecário precisa que a biblioteca disponha de instrumentos que permitam essa mediação, pois no caso do atendimento a esse tipo de usuário, não basta ao profissional ter boa vontade, é preciso saber as maneiras de mediar tal informação e obter suportes a qual viabilizem o acesso à esta informação pelos deficientes visuais.

Entende-se, desse modo, que essa preparação é essencial para melhoria do ambiente e dos serviços prestados aos interagentes.

Em termos do IFS, a apresentação do diagnóstico da situação de cada biblioteca do Sistema, a partir de dados levantados pela pesquisa de Mestrado que se encontra em andamento, será o primeiro passo para se conseguir oferecer serviços igualitários aos interagentes, levando-se em conta a possibilidade de intervenção da instituição nas bibliotecas que necessitarem, tanto em termos estruturais como tecnológicos. Dessa forma, a disponibilização de recursos e aparelhos são indispensáveis para garantir a acessibilidade, ressalta-se que, para cada necessidade específica, devem existir aparelhos, objetos e estrutura para atender a cada uma delas. Por exemplo, para pessoas com baixa visão ou com deficiência visual: livros em braille, linha braille, scanner por voz, lupa eletrônica de mesa, lupa eletrônica baixa visão portátil digital, teclado colmeia para PC, teclado ampliado baixa visão e adaptado em braille, teclado para baixa visão – USB, teclado braille - USB, lousa *communicare*, punção em prolipropileno para escrita, calculadora falante, calculadora com teclas ampliadas, régua em braille, impressora braille, tradutor braille. Jogos em braille: jogo de xadrez, jogo de dama e trilha adaptado, baralho, jogo da velha.

3. METODOLOGIA

Inicialmente, a pesquisa utilizou-se de revisão de literatura referente às publicações voltadas à acessibilidade nas bibliotecas, tendo como resultado o levantamento bibliográfico de 512 trabalhos acadêmicos, com o marco temporal da última década (2012-2022), localizados a partir de pesquisa nas bases de dados da FEBAB, da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), na Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e no Google Acadêmico, utilizando termos como “acessibilidade”, “biblioteca” e “designer”, como também a coleta de informações em pesquisa de campo *in loco*, junto aos gestores responsáveis nas bibliotecas do Sistema IFS acerca do tema proposto. Para Sampieri, Collado e Lucio (2013) a pesquisa bibliográfica é feita por meio do levantamento das revisões literárias, com o objetivo de armazenar informações ou conhecimento teórico acerca do problema ao qual se almeja uma solução.

Trata-se também de uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo, definida por Gerhardt e Silveira (2009, p. 35) como o “tipo de pesquisa que tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”. Já a descritiva é aquela que mostra as características das variáveis envolvendo fatos e/ou fenômenos de uma determinada realidade (SAMPLIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

As informações resultantes do diagnóstico, realizado nas bibliotecas do IFS derivaram-se da pesquisa realizada no Mestrado Profissional em andamento, serão inseridas em um Relatório Técnico para adequação da infraestrutura de *layout* e de acessibilidade das bibliotecas do Instituto e trarão subsídios para a intervenção nestes locais. Considera-se, desta forma, esta pesquisa como um estudo de caso e Fleury e Werlang (2016, p. 14) dizem a seu respeito que:

Sua principal característica é a intensidade do estudo do objeto, indivíduo, grupo, organização, incidente ou situação. Pode envolver um único ou múltiplos casos, combinando diversas técnicas para coleta de dados, como análise documental, entrevistas, questionários e observações.

Observa-se que, no decorrer da pesquisa, as etapas descritas pelos autores Fleury e Werlang (2016) foram realizadas a partir de visitas com agendamento prévio às bibliotecas do IFS, as quais possibilitaram a realização de encontros com os gestores

dessa biblioteca e, posteriormente, preenchimento do *checklist* de acessibilidade em bibliotecas, disponibilizado pela FEBAB.

A FEBAB apresenta um instrumento para análise da acessibilidade em bibliotecas e centros de documentação que elenca oito categorias de acessibilidade (arquitetônica, mobiliário e equipamentos, comunicacional, informacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal). (FEBAB, 2021).

Como resultado, pretende-se elaborar um relatório como produto do diagnóstico realizado através de informações embasadas nas normas da ABNT sobre acessibilidade nas bibliotecas, centros de estudo, acervo, equipamentos informacionais, mobiliário e tecnologias assistivas.

Entende-se, portanto, que a pesquisa ora elaborada neste trabalho de Mestrado Profissional em Ciência da Informação trará uma contribuição efetiva, uma vez o tema é pouco abordado na literatura e seus resultados proverão o oferecimento de dados normativos pelo IFS sobre acessibilidade, em suas bibliotecas, de modo a desenvolver o seu pleno funcionamento.

Ressalte-se que o intuito maior na realização desta pesquisa foi o de recomendar as diretrizes e legislações já existentes sobre acessibilidade para melhorar as condições ambientais e organizacionais das bibliotecas do IFS, utilizando-se dos dados atuais referentes à sua estrutura física. Realizou-se o levantamento e a análise a partir de referências bibliográficas e do diagnóstico realizado diretamente nas dez bibliotecas do IFS, junto ao *checklist* da FEBAB, projetando uma visão geral de todas essas informações e formulação de uma proposta de redimensionamento desses locais, baseando-se não somente nas estruturais atuais, mas também em recomendações e parâmetros sobre acessibilidade física, seguindo normas e diretrizes fundamentadas.

3.1 As Bibliotecas do IFS

A pesquisa de campo foi aplicada nas dez unidades de informação do IFS ligadas hierarquicamente à Diretoria Geral de Bibliotecas (DGB) do IFS, sendo distribuídas nos *campi*: Aracaju, São Cristóvão, Lagarto, Estância, Itabaiana, Nossa Senhora da Glória, Propriá, Nossa Senhora do Socorro, Tobias Barreto e o Poço Redondo, este último ainda em fase de construção.

Atualmente, as bibliotecas do IFS contam com um total de quarenta profissionais, dos quais dezesseis são bibliotecários, dezenove são auxiliares de biblioteca, dois são assistentes administrativos e três são terceirizados, distribuídos entre as bibliotecas do IFS e a DGB. Considera-se, desta forma, que ao prover condições físicas e tecnológicas para suas bibliotecas e de se conhecer integralmente onde cada uma necessita de melhoria, o IFS atua em um patamar que promove a inclusão de seus interagentes e melhora as condições de atendimento aos interagentes de seu corpo técnico. Assim, seguindo as Normas da ABNT e as legislações supracitadas, cada biblioteca, por meio dos seus colaboradores, poderá ter conhecimento das necessidades específicas individuais e coletivas, podendo tornar cada espaço e cada equipamento acessível aos seus interagentes. Através de planos de gestão, será possível a aquisição de equipamentos de acessibilidade, a abrangência de interagentes será maior, possibilitando maior inclusão.

4. RESULTADOS PARCIAIS E DISCUSSÃO PARCIAIS

Obteve-se, como resultado inicial desta pesquisa, dados quantitativos e qualitativos gerados a partir do diagnóstico realizado individualmente em cada biblioteca fruto de reuniões com os gestores, bem como o preenchimento do *checklist* da FEBAB que direciona seus questionamentos a acessibilidade em bibliotecas. O produto deste diagnóstico será o Relatório Técnico de adequação da infraestrutura de *layout* e de acessibilidade das bibliotecas do IFS, que será encaminhado à Presidência do IFS, para articular ações no sentido de se colocar em prática as mudanças sugeridas. Destaca-se que, desde o início de sua proposta, esta pesquisa teve o aval das instâncias superiores do Instituto desde o início de sua proposta.

A pesquisa revelou que a maioria das bibliotecas não atende às normas da ABNT, bem como as leis supracitadas correspondentes à acessibilidade em bibliotecas. Dessa forma, foi possível coletar os seguintes dados sobre esta situação:

Em relação ao **espaço físico**: atendem às normas da ABNT as bibliotecas dos *campi*: Itabaiana, Nossa Senhora do Socorro e Tobias Barreto.

Em relação aos **Produtos de acessibilidade e inclusão**: estão disponíveis parcialmente apenas na biblioteca do campus Lagarto, com jogos em *braille*, calculadora

para baixa visão, audiolivros, livros em *braille*, teclado ampliado baixa visão, lupa eletrônica, *mouse óptico* ergonômico.

Quanto ao espaçamento mínimo de 0,90m entre as estantes e corredores, todas as bibliotecas atendem a essa norma.

Observou-se, ainda, a fragilidade em todas bibliotecas do IFS no que concerne à mecanismos para acessibilidade (física e informacional), incluindo itens como: mobiliário não acessível a pessoas que se utilizam de cadeiras de rodas, falta de sinalização visual nos ambientes de circulação, falta de materiais bibliográficos acessíveis, inexistência de aparelhos e jogos acessíveis, falta de equipamentos eletrônicos para pessoas com baixa visão, recursos humanos insuficientes para atender de forma eficaz todos os interagentes.

Esses resultados coincidem com o estudo de caso publicado por Oliveira *et al.* (2013) nas bibliotecas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em que os autores das bibliotecas do UFPE destacaram que “os interagentes portadores de necessidades especiais não encontram condições adequadas de uso e permanência nos referidos espaços”. Observou-se, portanto, que as bibliotecas não apresentaram um mínimo de acessibilidade, ou quando apresentaram, elas estavam em estado de degradação ou falta de manutenção.

A fim de atenderem às normas da ABNT e às legislações específicas, todas as bibliotecas do IFS necessitam de adequação, tanto estrutural como de recursos. Em relação a essa proposta, o estudo publicado por Azevedo, Antelo e Azeredo (2017, p. 1637) também corrobora com esse tipo de adequação dos espaços, pois, segundo os autores ela “[...] tem por objetivo propiciar melhores condições de uso da biblioteca para o público e os trabalhadores, oferecendo também condições de acessibilidade adequadas e maior qualidade nos serviços prestados”.

Entretanto, esses fatores podem ser sanados através de reformas estruturais e de aquisições de materiais, cabendo à gestão máxima do Instituto a transformação desses espaços para que, de fato, as bibliotecas possam se adequar em todos os itens que dizem respeito à acessibilidade.

Além disso, a pesquisa apontou também a necessidade recursos humanos suficientes para garantir a mediação da informação, o que requer a princípio, capacitação da equipe já existente e, quiçá, contratação de pessoal para auxiliar nas ações de inclusão nas bibliotecas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tornar os espaços ou ambientes de uma biblioteca de forma que esta seja acessível a todos os interagentes, tanto na parte física e estrutural como na informacional, consiste em concentrar esforços e em aprimorar atividades que estejam consonantes com a função e objetivos, tanto da própria biblioteca, quanto da instituição à qual está subordinada. Considera-se que a iniciativa desta proposta em andamento no Mestrado Profissional desta pesquisadora que também é servidora do IFS, contribuirá, por meio das observações que serão elencadas no “Relatório Técnico de adequação da infraestrutura de *layout* e de acessibilidade das bibliotecas do Instituto Federal de Sergipe” para as melhorias de acessibilidade nestes espaços. O relatório apresentará informações atuais sobre estrutura física da biblioteca, o acervo, os equipamentos, os recursos humanos e as tecnologias assistivas necessárias.

Espera-se que os resultados individualizados das necessidades de cada biblioteca possam trazer mudanças e possibilidades de ações que visem atender todos os itens necessários para a plena obtenção da acessibilidade físicas, tecnológicas e de prestação de serviços nestes locais. Considera-se que a projeção desses espaços nos moldes apresentados no relatório técnico ajudará a evitar danos futuros e gastos desnecessários, ao considerar espaços acessíveis como inerente ao ambiente e integralizado na política de gestão de toda a unidade de informação. Ou seja, pretende-se criar um instrumento que viabilize informações acerca do estado atual das bibliotecas em termos de acessibilidade e das necessidades observadas para que atendam plenamente essa condição. A proposta está em conformidade com o que preconizam as diretrizes já consagradas e estabelecidas, partindo-se do parâmetro de área física e número de interagentes e profissionais para a mediação da informação. Da mesma forma reflete sobre o acervo bibliográfico, o mobiliário, as tecnologias assistivas e os recursos humanos necessários.

Os espaços físicos das bibliotecas, assim como seus produtos, serviços e recursos demandam atenção exclusiva do gestor responsável. O Relatório Técnico que será apresentado ao IFS fornecerá informações embasadas com as normas de acessibilidade da ABNT nº 9050 de 2020, das recomendações do GT Acess da FEBAB, dos requisitos da Lei de Acessibilidade nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de

deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.” (BRASIL, 2000b, n.p.) em conformidade com as exigências do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Espera-se, desta forma, que, em breve, as bibliotecas do IFS possam, de fato, oferecer produtos, serviços e ambientes favoráveis à acessibilidade, beneficiando interagentes que necessitam dessas melhorias para que possam usufruir plenamente esses espaços.

REFERÊNCIAS

- ALVES, A. P. M.; VIGENTIM, U. D. Mediação da informação e acessibilidade: a função social do profissional da informação para a inclusão e reconhecimento político das diferenças. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO-FEBAB, 2013, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: FEBAB, 2013. p. 4984-4999. Disponível em: <https://www.portal.febab.org.br/anais/article/view/1630>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.; SILVA, R. J. (orgs.) **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. Disponível em: https://ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=939. Acesso em: 10 jun. 2021.
- AZEVEDO, A. L.; ANTELO, M. M. G.; AZEREDO, R. P. Reforma e readequação do layout da Biblioteca Emília Bustamante/EPJSV/FIOCRUZ. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S.l.], v. 13, p. 1633-1646, 2017. Disponível em: <https://febab.emnuvens.com.br/rbbd/article/view/813>. Acesso em: 22 abr. 2022.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, p. 135-136. 2020. Disponível em: https://www.caurn.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/ABNT-NBR-9050-15-Acessibilidade-emenda-1_-03-08-2020.pdf. Acesso em: 15 jun. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000**. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, [2000a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10048.htm#:~:text=Art.,priorit%C3%A1rio%2C%20nos%20termos%20desta%20Lei. Acesso em: 10 jun. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, [2000b]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm. Acesso em: 3 set. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, [2012]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm#:~:text=em%20escolas%20p%C3%BAblicas.-.Art.,ensino%20fundamental%20em%20escolas%20p%C3%BAblicas. Acesso em: 10 jun. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, [2015]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 10 jun. 2021.
- CORRÊA, E. C. D. Usuário, não! Interagente: proposta de um novo termo para um novo tempo. **Encontros Bibli**: Revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 19, n. 41, p. 23-40, set. 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/147/14732752003.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

FACHIN, J. Mediação da informação na sociedade do conhecimento. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, v. 27, n. 1, p. 25-41, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.furg.br/handle/1/4109>. Acesso em: 10 jun. 2021.

FEBAB. Painel de bibliotecas. **FEBAB**, 2021. Disponível em: <https://www.acoesfebab.com/painelgeral>. Acesso em: 3 set. 2022.

FLEURY, M. T. L.; WERLANG, S. R. da C. Pesquisa aplicada: conceitos e abordagens. **Anuário de Pesquisa GVPesquisa**, [S.l.], 2016. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/apgvpesquisa/article/download/72796/69984>. Acesso em: 22 abr. 2022.

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL. Disponível em: <https://fundacaodorina.org.br/blog/sete-tipos-de-acessibilidade>. São Paulo, 2020. Acesso em: 4 set. 2022.

GAMA, M. C. F. da; SOUSA, L. L. de. Inovação, lazer e informação na biblioteca universitária: o projeto Bibliobreak. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, 15, p. 203-217, 2019. Disponível em: <https://febab.emnuvens.com.br/rbbd/article/view/1366>. Acesso em: 10 jun. 2021.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Rio Grande do Sul: Plageder, 2009. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=dRuzRyElzmkC&oi=fnd&pg=PA9&dq=GERHARDT,+Tatiana+Engel%3B+SILVEIRA,+Denise+Tolfo.+M%C3%A9todos+de+pesquisa.+Rio+Grande+do+Sul:+Plageder,+2009.&ots=93Q9X-opNF&sig=jicWdZbq3NPIhDQ2oYO9s9x7uIAU>. Acesso em: 10 jun. 2021.

GLAT, R. **Educação Inclusiva: Cultura e Cotidiano Escolar**. Rio de Janeiro: 7letras, 2007. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=LduRS34UuWgC&oi=fnd&pg=PA5&dq=GLAT,+Rosana.+Educa%C3%A7%C3%A3o+Inclusiva:+Cultura+e+Cotidiano+Escolar.+Rio+de+Janeiro:+7letras,+2007.&ots=H-k8IjT7B&sig=JURELu_ENptHo1UFTIzXiGHhIqE. Acesso em: 10 jun. 2021.

MAIA, M. A. Q. *et al.* O bibliotecário como mediador no processo de transferência da informação para pessoas com deficiência visual. *In: XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. Anais [...]*. Maceió, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/1/6166>. Acesso em: 10 jun. 2021.

MARCOLINO, Maria Antonieta Ribeiro; CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de. Biblioteca escolar e os usuários especiais: O profissional da informação frente ao desafio da inclusão. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 28, n.2, p.9-25, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/4216>. Acesso em: 10 jun. 2021.

MAZZONI, A. A. *et al.* Aspectos que interferem na construção da acessibilidade em bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 29-34, 2001. DOI <https://doi.org/10.1590/S0100-19652001000200005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/xdprRdF8MLDJWR5pS57zsVj/?lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2021.

OLIVEIRA, L. M. P. *et al.* Acessibilidade no Sistema de Bibliotecas da UFPE: o real e o desejável. *In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação-FEBAB. Anais [...]*. 2013. p. 4612-4624. Disponível em: <https://anaiscbbd.emnuvens.com.br/anais/article/download/1605/1606>. Acesso em: 22 abr. 2022.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, M. P.; DINIZ, C. N.; SÁ, N. A. A importância da acessibilidade nas bibliotecas públicas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 10, 2014. Disponível em: <http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/download/330/306>. Acesso em: 10 jun. 2021.